



RELATÓRIO ESPECIAL

A aproximação entre os Estados Unidos e Cuba e as suas implicações para a América Latina

Madri, janeiro 2015

d+i LLORENTE & CUENCA

1. INTRODUÇÃO
2. OS TERMOS DO ACORDO ALCANÇADO
3. A DIMENSÃO DA MUDANÇA DA POLÍTICA AMERICANA EM RELAÇÃO A CUBA
4. A DISCUSSÃO EM TORNO DO VELHO DEBATE A FAVOR OU CONTRA O EMBARGO
5. OS MOTIVOS DO PRESIDENTE OBAMA PARA MUDAR DE POLÍTICA
6. A REAÇÃO DE HAVANA. OS MOTIVOS DE RAÚL CASTRO PARA ESTABELECEER LINHAS DE COMUNICAÇÃO COM OS ESTADOS UNIDOS
7. AS EXPECTATIVAS DE MUDANÇAS EM TORNO DA ILHA DEPOIS DA NORMALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS
8. A APOSTA DA AMÉRICA LATINA EM ROMPER O ISOLAMENTO DE CUBA. UMA BEM-SUCEDIDA E INÉDITA AÇÃO EM CONJUNTO
9. CONCLUSÕES

LLORENTE & CUENCA

1. INTRODUÇÃO

A decisão por parte de Estados Unidos e Cuba sobre o reatamento de relações diplomáticas tem diferentes implicações que sem dúvida dão a este acontecimento um caráter histórico e transcendental. Estas relações foram suspensas em 1961 e sua manutenção não era mais que um vestígio anacrônico da Guerra Fria. Desta forma, cai o último "muro" daqueles anos e se abre um período que, embora cheio de incertezas, sem dúvida terá grandes repercussões não só na ilha caribenha, mas também no resto da região latino-americana.

Dito isto e tendo muito presente a transcendência dos eventos, o objetivo é analisar as causas que contribuíram para esta mudança e à natureza e dimensão da mesma. Muitos analistas qualificaram esta aproximação entre Estados Unidos e Cuba como uma "mudança de era", que trará consigo não só a liberalização da economia cubana, mas também a democracia. Com isso, não deixa de se supor que só há um possível caminho para um único destino: a transformação do regime cubano em uma democracia integrada dentro do mercado internacional. Reproduz-se assim o conceito de transformação elaborado por Francis Fukuyama, para quem todas as sociedades evoluirão necessariamente rumo à democracia e o mercado, chegando desta maneira ao Fim da História.

A realidade, no entanto, não deixou de mostrar que poucas mudanças ocorrem de maneira linear e mecânica, e em consequência as transformações não têm que derivar em regimes políticos e sistemas econômicos que supostamente seriam irresolúvelmente associados à democracia e ao livre mercado. A China é o exemplo mais paradigmático, embora não o único. Neste caso, uma ditadura comunista adotou o sistema capitalista. Um modelo de referência para o próprio Raúl Castro.

A proposta é contemplar a realidade com a complexidade de todos os possíveis fatores que podem intervir neste processo de mudança. O mais definitivo é a vontade dos próprios cubanos. No entanto, desde que foi publicado o reatamento de relações diplomáticas com os Estados Unidos, embora não tenha se deixado de falar de Cuba, pouco ou nada se disse do que querem seus cidadãos, quando afinal de contas este processo depende fundamentalmente deles.

Talvez devido ao quão surpreendente foi o anúncio, após meses de negociações secretas, as análises se basearam fundamentalmente na conjuntura. Certamente a difícil situação econômica da Venezuela, principal aliada de Cuba, pode acabar afetando o petróleo doado pela Venezuela à ilha, o que permitiu ao regime sobreviver nos últimos anos. Nesta situação,

“No que diz respeito a Cuba, o próprio processo de mudanças e as necessidades econômico-financeiras que gera favoreceu uma predisposição à aproximação com a potência americana”

a diversificação de aliados pode ser de interesse, mas esta aproximação com os Estados Unidos vai além de conjunturas dependentes dos mercados internacionais ou da suposição de que Cuba, por este motivo, vá trocar a Venezuela pelos Estados Unidos. A mudança foi muito grande, mas, hoje, custa trabalho pensar que os Estados Unidos se tornarão a curto prazo o melhor aliado de Cuba.

De qualquer forma, não é possível recorrer à análise de conjuntura. Há um contexto prévio e uma vontade de ambas as partes que justificam por si mesmos as mudanças ocorridas. No caso dos Estados Unidos, a aspiração de Barack Obama de consolidar uma liderança baseada na multilateralidade e na cooperação, e não a imposição unilateral e a força, parece transcendental, já que a excepcionalidade cubana questionava permanentemente tal forma de liderança.

No que diz respeito a Cuba, o próprio processo de mudanças e as necessidades econômico-financeiras que gera favoreceu uma predisposição à aproximação com a potência americana, impensável há muito tempo.

Também não é preciso esquecer o novo contexto latino-americano e as pressões nos últimos anos por parte da região latino-americana para acabar com o isolamento cubano.

Estas são algumas das causas que explicam o reatamento das relações diplomáticas. Sem dúvida, este é um processo que não pode ser explicado mediante um só fa-

tor. Sem este cenário e a vontade de mudança, por ambas as partes, nada teria sido possível. De fato, as tentativas de aproximação de outros presidentes norte-americanos, como Jimmy Carter ou Bill Clinton foram finalmente boicotados por Fidel Castro.

Por fim, a mediação do papa Francisco foi o último elo de todo um complexo processo. Sua incorporação na última fase das negociações parece decisiva, como assim o reconheceram os dois governos.

Se fossem contemplados todos estes fatores, será então possível entender a importante decisão adotada por Cuba e Estados Unidos. No entanto, os resultados não virão a curto prazo, só poderão aparecer a médio e longo prazo. O embargo segue vigente e não será fácil sua suspensão. De qualquer forma, parece muito precipitado, hoje, supor que o restabelecimento das relações diplomáticas e uma maior troca comercial, ou inclusive o final do embargo, significaria o final do atual regime ditatorial. A experiência dos últimos anos prova que tem que ser assim.

Seja como for, o que está provado são os efeitos do embargo. É evidente que, longe de asfixiá-lo, lhe deu oxigênio. Durante 50 anos permitiu aos Castro responsabilizar os Estados Unidos pelas contradições próprias do regime e legitimar sua continuidade. Mas além de fracassar em seu objetivo, o custo, além de econômico, também foi humano, e portanto não parece o melhor método para contribuir para uma mudança de regime, até tendo sido efetivo.

“Será preciso acompanhar os cubanos e seus desejos, deles depende, em última instância, a direção que o processo de transição vai tomar”

Será preciso acompanhar os cubanos e seus desejos, deles depende, em última instância, a direção que o processo de transição vai tomar.

2. OS TERMOS DO ACORDO ALCANÇADO

Convém lembrar quais são os termos desta aproximação entre ambos os governos. Pois pode parecer que mediante o restabelecimento das relações diplomáticas serão resolvidos todos os problemas bilaterais. Certamente não deixa de ser transcendental que, após 53 anos de suspensão destas relações, elas tenham sido retomadas, mas como o próprio Raúl Castro afirmou, em 17 de dezembro, quando comunicou ao povo cubano a notícia, "foi dado um passo importante, mas resta o essencial, o bloqueio", como assim qualificam os cubanos o embargo dos Estados Unidos.

Os termos do acordo foram baseados na troca de "prisioneiros". Cuba libertou um espião de origem cubana, que trabalhou para os Estados Unidos, após 20 anos de cativeiro. Em troca, Washington libertou três espiões cubanos que mantiveram presos durante 10 anos. Com esta troca, pôde ocorrer a libertação de Alan Gross como um gesto humanitário do governo cubano independente de qualquer transação. Gross é um prestador de serviços do governo americano preso em Havana desde 2009 e cuja libertação era a condição do governo americano para avançar em qualquer tipo de negociação. Sob os termos deste acordo, se chegou ao reatamento de relações diplomáticas, a abertura de uma embaixada em Havana e

o aumento de intercâmbios comerciais, financeiros e de cidadãos, dentro das margens possíveis que as leis permitem ao presidente dos Estados Unidos.

As negociações começaram, sob o sigilo mais absoluto, em junho de 2013, no Canadá, apoiadas pelo governo deste país, onde os emissários se reuniram várias vezes. Uma reunião-chave neste processo aconteceu em março de 2014, quando o presidente dos EUA visitou Roma e se reuniu com o papa Francisco. O passo seguinte foi a carta que o papa enviou a Obama e a Castro, na qual lhes urgia a resolver a detenção dos presos em ambos os países.

No entanto, esta aproximação não pode se reduzir unicamente à troca de presos. Esta, na realidade, foi a forma de aproximação para normalizar as relações bilaterais. Como prova desta boa vontade, o presidente Obama também contempla a revisão de Cuba da lista de países terroristas elaborada pelos Estados Unidos. No entanto, o objetivo final é mais ambicioso, já que na realidade o restabelecimento de relações diplomáticas não terminaria por normalizar as relações bilaterais. No caso de Cuba, além disso, existe um embargo econômico por parte dos Estados Unidos, há 53 anos.

A pretensão do presidente Barack Obama é acabar com ele, embora este seja um processo mais longo e nada simples, pois a burocracia legal que dá existência ao mesmo depende do Congresso, e em consequência também sua suspensão. O problema acrescentado, neste caso, é que os democratas perderam a maioria na câmara, que a

“Sem dúvida, o passo dado pelo governo americano é extraordinário”

partir de janeiro será republicana. Apesar das dificuldades o presidente utilizará, como assegurou, todas as competências a seu alcance para flexibilizá-lo e aumentar, na medida do possível, o fluxo de intercâmbios entre os países. Por enquanto, serão autorizadas as possibilidades de aumentar o turismo americano à ilha, a de utilizar seus cartões bancários na ilha e as transações bancárias entre Cuba e Estados Unidos. Da mesma forma haverá a liberalização da comunicação entre os dois países, como assim pretende o presidente americano.

3. A DIMENSÃO DA MUDANÇA DA POLÍTICA AMERICANA EM RELAÇÃO A CUBA

Sem dúvida, o passo dado pelo governo americano é extraordinário, e sua dimensão também, se contemplarmos a história de relações congeladas entre os governos, cuja origem remonta à Guerra Fria.

Depois que o governo revolucionário de Fidel Castro expropriou bens americanos, o presidente D. Eisenhower impôs um veto parcial às exportações americanas a Cuba, com a exceção de alimentos, remédios e provisões médicas. A nacionalização de propriedades americanas, em 1961, provocou a cessação das relações diplomáticas entre EUA e Cuba. Em fevereiro de 1962, o presidente John F. Kennedy ampliou as restrições, impondo um embargo total —de importações e exportações, e quase sem exceções— como resposta à "ofensiva subversiva comunista à qual se alinhou publicamente o governo de Cuba".

Em 1982, Cuba foi incluída na lista de países que patrocinam o terrorismo internacional por seu apoio a grupos comunistas da África e da América Latina nos anos 60 e 70 e por acolher membros da ETA e das Farc. Motivos pelos quais se justificou a permanência de Cuba em dita lista em 2013.

Com o tempo, o embargo também sofreu transformações. O mais destacado aconteceu em 1996, por meio da lei Helms-Burton, que endureceu as restrições comerciais e as blindou legalmente. O desejo de impedir qualquer relação da ilha com o exterior fez com que esta lei contemplasse inclusive a penalização de terceiros países que pretendam comercializar com Cuba. Além disso, busca-se a recuperação dos bens norte-americanos confiscados pelo governo cubano.

O processo de isolamento se fortaleceu quando Bill Clinton, em 1996, decidiu suspender todos os voos comerciais entre EUA e Cuba, após a derrubada, por parte de Cuba, de dois aviões civis americanos. Mas não se fecharam totalmente na época as possibilidades de que os americanos visitassem a ilha, já que houve certa flexibilização nesse sentido. No entanto, esta possibilidade acabou sendo anulada, por ordem do presidente George W. Bush, em 2003. Apesar de tudo, por razões humanitárias, o próprio Bush autorizou a venda de alimentos a Cuba após o furacão Michelle.

No entanto, além dos gestos conciliadores, a política externa americana, diante das atuações levadas a cabo pelo governo castrista, sempre se baseou em endurecer o

“A intervenção do presidente Obama foi honesta em vários sentidos”

isolamento. De acordo com esta trajetória, portanto, não se pode deixar de destacar a mudança radical experimentada pelos Estados Unidos para com Cuba.

4. A DISCUSSÃO EM TORNO DO VELHO DEBATE A FAVOR OU CONTRA O EMBARGO

A intervenção do presidente Obama foi honesta em vários sentidos, primeiro em reconhecer o fracasso da política aplicada até o momento pelos Estados Unidos, e segundo quanto às intenções que impulsionam esta nova estratégia.

Em seu discurso de 17 de dezembro para anunciar o restabelecimento das relações diplomáticas, Obama começou citando um dos primeiros fracassos norte-americanos como a tentativa frustrada da invasão da Baía dos Porcos e afirmou com contundência: "Ponhamos fim a um enfoque antiquado que, durante décadas, não conseguiu fazer avançar nossos interesses", a uma política na qual "nenhuma outra

nação se uniu a nós", "Não acho que possamos seguir fazendo o mesmo que fizemos durante cinco décadas e esperar um resultado diferente". "É hora de adotarmos um novo enfoque". Além do fracasso desta política, sua efetividade também não a teria justificado, na opinião do Presidente, já que não considerou uma forma legítima de incidir nas mudanças de uma sociedade, tentando "estrangulá-la"¹.

Desta forma, o Presidente se alinhava com uma abordagem desenvolvida há muito tempo, baseada na cooperação e não no confronto como melhor método para conseguir a transformação de um regime ditatorial como o cubano. Esta foi a intenção que motivou a mudança na política e levou à declaração aberta de criticar a política tradicional até agora.

A questão do isolamento é um tema extraordinariamente controverso, aberto há muito tempo e que nestes dias adquiriu absoluta vigência². É uma questão que divide, nos Estados Unidos, demo-

1 "President Obama's Cuba Speech", <https://www.youtube.com/watch?v=JbfFmcqjQpk>.

2 Além das motivações políticas e ideológicas que respaldam a posição a favor ou contra do embargo, os dados estatísticos também não dão um resultado fechado do todo, embora se orientem mais para sua falta de efetividade. Segundo o relatório de G. C. Hufbauer, J. J. Schott, K. A. Elliott e Barbara Oegg, "Economic Sanctions Reconsidered", Peterson Institute International Economics, <http://bookstore.piie.com/book-store/4082.html>, outorga certo êxito a 34% das quase 200 sanções impostas no último século. Por sua vez, Robert Pape, "Why Economic Sanctions Do not Work", *International Security*, Vol. 22, Issue 2, (Autum 1997), pp. 90-136, http://web.stanford.edu/class/ips216/Readings/pape_97%20%28jstor%29.pdf, reduz essa porcentagem a 4% porque considera que em muitas ocasiões se usou a força, direta ou indiretamente. Andrew Kenningham, economista da Capital Economics, atribui mais efetividade a determinadas represálias impostas contra o Iraque entre 1991 e 2003, que reduziram seu PIB em mais de 50%, ou as que afetaram a antiga Iugoslávia, acima de 10%. De qualquer forma, não se detectou que sanções sejam mais efetivas. Cabe esperar que aquelas decididas de maneira unilateral são as menos efetivas, ao contrário daquelas que são resultado do acordo de um amplo conjunto de países. No caso de Cuba, as relações comerciais e de trocas mantidas com outros países aliviaram os rigores do isolamento americano, que se evidenciaram quando caiu o muro de Berlim e finalizou o comércio com a URSS. Apesar de aqueles anos terem sido de extraordinária carestia, onde o embargo agravou particularmente a situação.

“Os senadores republicanos, particularmente os de origem cubana, foram os mais críticos”

cratas e republicanos, embora realmente nenhum dos dois grupos sejam monolíticos em relação a esta questão.

Os senadores republicanos, particularmente os de origem cubana, foram os mais críticos. O senador pela Flórida, Marco Rubio, declarou que "Este presidente mostrou hoje que sua política externa é mais que ingênua", pois "...ignora voluntariamente a forma na qual o mundo realmente funciona". O motivo das críticas se baseia fundamentalmente que na medida em que não houve uma "abertura democrática" na ilha, qualquer aproximação será "contraproducente". Esta estratégia para o senador "não fará absolutamente nada para impulsionar os direitos humanos e a democracia em Cuba", muito ao contrário. "É um salva-vidas para o regime de Castro que lhe permitirá ser mais rentável... e permanecer mais tempo no poder".

A essas críticas se somou outro republicano, Jeb Bush, irmão de George W. Bush, que pode ganhar uma destacada relevância, já que está contemplando a possibilidade de concorrer à presidência nas próximas eleições. Para o possível candidato, "Cuba é uma ditadura com um recorde desastroso em Direitos Humanos, e agora o presidente Obama premiou os ditadores. Em seu lugar, deveríamos estar fomentando os esforços que realmente conduzam à democracia legítima e justa que finalmente prevalecerá (na ilha)", segundo declarou em comunicado publicado em sua página no Facebook.

As críticas democratas foram mais orientadas às negociações realizadas. "Trocar o senhor (Alan) Gross por três criminosos convictos fixa um precedente extremamente perigoso", segundo o senador Bob Menéndez, democrata por Nova Jersey e presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, indicando que isto "convida regimes ditatoriais a usar os americanos que cumprem missão no exterior como moeda de troca".

Contudo, o Presidente Obama conta com o apoio da maioria dos democratas, que consideram necessário acabar com o embargo para conseguir a democracia e a inserção no livre mercado, e não adiar sua abolição até conseguir estes objetivos. Gregory Craig, ex-assessor da Casa Branca, de acordo com esta abordagem, incidia na ideia de que o próprio embargo bloqueia a mudança na ilha, daí a "ineficiência" desta política, já que impede os Estados Unidos de se transformarem em "uma força positiva de mudança" na ilha. Sob esta convicção, Jim McGovern, um dos diretores da Comissão de Direitos Humanos no Congresso, alegava além disso que uma "abertura" com Cuba eliminaria o pretexto que o governo cubano usa "para justificar muitas de suas políticas repressivas" e acrescentou que "há políticos de linha dura no governo cubano que querem que nada mude e estão muito nervosos".

De qualquer forma, como já foi afirmado, não parece que possa se estabelecer uma clara divisa entre democratas e republicanos neste tema. Além dos republicanos crí-

“Os motivos de Obama partem da convicção da necessária aproximação com Cuba”

ticos, há aqueles conservadores que, impulsionados por sua convicção em relação ao livre mercado e o pragmatismo, que caracteriza a abordagem conservadora, consideram inútil e contraproducente o embargo para os próprios interesses nacionais. Assim se manifestaram o senador Jeff Flake, integrante do movimento Tea Party, ou Rand Paul, uma figura emergente que aspira a ser candidato à presidência pela direita.

5. OS MOTIVOS DO PRESIDENTE OBAMA PARA MUDAR DE POLÍTICA

Os motivos de Obama partem da convicção da necessária aproximação com Cuba, uma abordagem nada improvisada, nem repentina. O presidente mostrou esta convicção desde seu primeiro mandato. Em 2009 e 2011, Obama flexibilizou as possibilidades para remessas de dinheiro, viagens de familiares e a ampliação das opções de visitar a ilha para os cidadãos dos EUA. Mas o caso de Alan Gross, detido no final de 2009, paralisou uma maior aproximação.

O impulso definitivo para esta aproximação muito possivelmente se deve à confluência de diferentes elementos. Entre eles a existência de suficiente apoio social, e está por ver se também político. Neste sentido, as pressões, além dos apoios, também podem ter sido outro fator. Segundo Phil Peters, diretor do Cuba Research Center, estas procederam de se-

nadores, de membros do Congresso, da Igreja Católica e de vários governos da América Latina.

No entanto, este contexto nacional e internacional propício para esta mudança de política tem de ser interpretado como a melhor situação possível para dar respaldo à forma que o presidente Obama entende que os Estados Unidos terão de exercer a liderança internacional, liderança que por outro lado considera indiscutível. No entanto, para o reconhecimento da mesma, este há que se basear no multilateralismo e na cooperação, e não no unilateralismo e a força. A política tradicional para Cuba era um desafio pendente neste sentido, já que diminuía credibilidade, em nível internacional, desta forma de liderança.

É certo que, além de suas convicções, certamente o Presidente Obama não deu um salto no vazio. No que diz respeito ao apoio social, diferentes pesquisas apontaram que os cubanos recém chegados ou os descendentes das primeiras gerações de imigrantes, após a revolução, têm outro ponto de vista quanto às relações com Cuba³. Durante anos, à margem de suas convicções, nenhum candidato teria declarado abertamente sua vontade de acabar com o embargo. No entanto, hoje é possível, já que a maioria da comunidade cubana aceita essa opção. De modo que haveria "pouco prejuízo político" para o Presidente Obama e o partido democrata se este promovesse uma mudança

3 "How Cuban Americans in Miami view US. Policies Toward Cuba", Cuban Research Institute, 2014 FIU, <https://CVI.fiu.edu/research/cuba-poll/2014-fiu-cuba-poll.pdf>.

“A Câmara de Comércio dos Estados Unidos apoia com particular interesse a nova política presidencial”

nesse sentido⁴, cálculo que sem dúvida estava contemplado antes da promoção desta nova política.

Outro coletivo interessado no que ocorre em Cuba é o setor empresarial, que observa com inquietação a chegada de diferentes multinacionais à ilha para realizar investimentos e temer ficar sem espaço, quando chegar o suposto momento de derrubada do regime. A Câmara de Comércio dos Estados Unidos apoia com particular interesse a nova política presidencial, pois significará um aumento do fluxo econômico apesar de sua oposição declarada à reforma da saúde ou à redução de emissões poluentes pretendida pelo presidente Obama. Interesse similar também foi mostrado pela Federação de Escritórios Agrícolas Americanos, já que as exportações a Cuba aumentaram há algum tempo, e cabe a esperança para esta Federação de que este mercado possa aumentar.

Estes apoios respaldariam também a liderança internacional que pretende ser exercida pelo Presidente Obama, que estava em questão enquanto o isolamento de Cuba se mantivesse, na medida em que esta política era produto de uma ação unilateral e de força, e não multilateral e de cooperação pacífica. Neste sentido, o interesse de Cuba não depende tanto da ilha em si, nem necessariamente de um interesse

prioritário pela região, ou não somente, mas na tentativa de manter coerentemente, sob o ponto de vista americano, os princípios que devem reger tal liderança, principalmente com um país vizinho. Esta preocupação acerca da liderança internacional foi explicitada por representantes do governo americano, que alegaram que na tentativa de isolar Cuba, começou-se a temer que foram os Estados Unidos que acabaram isolados, especialmente no Hemisfério Ocidental⁵ (O hemisfério ocidental se refere a toda a América Latina, Estados Unidos e Canadá).

No entanto, não só a região hemisférica criticava esta política. A comunidade internacional, em seu conjunto, também tinha manifestado sua desaprovação, como assim ficou evidente na ONU. Na última votação, 188 países votaram contra o embargo. Israel foi o único país que, junto com os Estados Unidos, votou a favor. Era, portanto, evidente a contradição entre o desejo de ser um líder internacional, mediante a adoção de decisões baseadas no consenso e na cooperação, e a manutenção do embargo.

Em outras palavras, a excepcionalidade cubana não fazia sentido algum, principalmente caso se contradizesse com o tipo de liderança que o Presidente Obama aspira. Em seu discurso de 17 de dezembro, ele também afirmou

4 Opinión vertida por Peter Schechter, director del Centro Latinoamericano Adrienne Arsht del Atlantic Council.

5 Miami Herald, "Kerry, Pritzker, Lew: President Obama's new Cuba policy looks forward, not back" by John Kerry, Penny Pritzker and Jacob J. Lew, 12/22/2014, <http://www.miami-herald.com/opinion/op-ed/article4746744.html>.

“Sem dúvida, são mantidos grandes vínculos comerciais, e os Estados Unidos continuam sendo um parceiro comercial de primeira ordem”

que os Estados Unidos tinham restaurado relações com outros estados comunistas, incluindo a China e seu antigo inimigo Vietnã, onde houve mais baixas norte-americanas do que em qualquer outro conflito da Guerra Fria.

Contudo, caberia afirmar que o protagonismo adquirido por Cuba para a diplomacia americana durante alguns meses, ou a preocupação pela região não significam que Cuba ou América Latina voltem a ser uma área estratégica prioritária, como na Guerra Fria. A potência americana segue preocupada com outras áreas do planeta e tem interesses mais urgentes do que atender em outras partes do mundo, como a Ásia. A queda do muro de Berlim trouxe consigo a perda de interesse dos Estados Unidos pela região e, por enquanto, não parece que tenha a intenção de repensar esse ponto. Sem dúvida, são mantidos grandes vínculos comerciais, e os Estados Unidos continuam sendo um parceiro comercial de primeira ordem. De fato, não deixa de ser visto com preocupação o interesse do gigante chinês pela América Latina e vice-versa. Neste momento, para a potência asiática, a região latino-americana é um lugar de investimentos e um grande mercado de matérias-primas.

Por todo ello es sin duda aconsejable prestar cierta atención a la región, pero conviene insistir en que esto no se traduce en considerar de nuevo el vecindario latinoamericano como prioritario. Por todo isso, é sem dúvida aconselhável prestar certa atenção à região, mas convém insistir que isso não

se traduz em considerar de novo a vizinhança latino-americana como prioritária. De fato, como afirmou o congressista Jim McGovern, "Cuba não é o assunto mais importante da política externa dos Estados Unidos", pelo menos não em si própria, mas uma peça a mais que contribui para consolidar o tipo de liderança internacional que Obama pretende ter. Este, sem dúvida, foi um motivo fundamental para a regularização das relações com a ilha.

6. A REAÇÃO DE HAVANA. OS MOTIVOS DE RAÚL CASTRO PARA ESTABELECEER LINHAS DE COMUNICAÇÃO COM OS ESTADOS UNIDOS

A análise dos fatores que contribuíram para que ocorresse esta histórica aproximação entre os dois países não pode ser completa se não contemplarmos o que aconteceu em Cuba para que o regime tenha entrado nas negociações e o mais importante, que tenha sido possível chegar a um acordo.

EO primeiro elemento que é preciso apontar é o processo de transição iniciado na ilha desde que Raúl Castro substituiu seu irmão Fidel no poder, na qualidade de Presidente do Conselho de Estado e de Ministros, a partir de 2008. Desde mesmo momento em diante, as mudanças introduzidas na ilha foram de caráter econômico, voltadas a liberalizar a economia de maneira progressiva. Apesar de, sob a perspectiva governamental, tais mudanças significarem uma marcha rumo ao "aperfeiçoamento do sistema so-

“O certo é que não há reformas de caráter político, onde se mantêm a imobilidade”

cialista” e não sua transformação em uma economia de mercado.

Por sua vez, os observadores críticos do regime cubano concordam em apontar a lentidão das reformas. Alguns inclusive consideram que, além disso, elas são meramente cosméticas e, de qualquer forma, todos afirmam que sua natureza é econômica. O certo é que não há reformas de caráter político, onde se mantêm a imobilidade e o essencialismo ditatorial que marcou o regime desde sua origem.

Apesar de compartilhar boa parte destas percepções, embora não todas, talvez seja de interesse introduzir matizações, que complicam o processo de transição cubano. Sem dúvida, as reformas introduzidas acontecem mais devagar do que as urgentes necessidades da ilha, mas nem por isso há que se considerar que pelo menos algumas das reformas não tenham modificado princípios fundamentais da ortodoxia comunista, muito apesar de alguns dirigentes cubanos. Ao ponto de modificar a realidade de maneira impensável, até não muito tempo atrás, como se pode constatar na capital. Em Havana, é evidente a ebulição da iniciativa privada, que se estendeu com especial rapidez desde 2010, quando entraram em vigor as primeiras reformas de Raúl Castro. A iniciativa privada é uma das grandes novidades da nova política, e por tímidas ou/e lentas que sejam, sem dúvida tornam impossível uma marcha à ré no processo.

Sem dúvida, o processo é irreversível, além de sua velocidade, ape-

sar da impressão de que não parece tão claro que haja uma direção política firme e planejada por um modelo concreto de sociedade. Esta impressão leva ao questionamento se o regime atual cubano sabe exatamente para onde se dirige e até onde pretende chegar, ou até que ponto está dirigindo o processo de mudança que a sociedade está experimentando.

Certamente, onde não há mudanças formais é no âmbito político. Não por acaso para o regime cubano, o modelo chinês é uma referência fundamental. No entanto, isto não significa que o regime chinês não tenha controle das mudanças econômicas e um planejamento sobre os efeitos dos mesmos na sociedade. Em Cuba, parece que, mais que uma opção de transição concreta, há um vazio por omissão do regime. A inexistência de mensagens oficiais que orientem sobre o processo ou expliquem o significado dos mesmos, faz pensar na falta de um projeto integral concreto. De fato, mais que ideologização “orientadora” para dirigir o processo, como caberia em um regime autoritário, há uma completa desideologização. Em um momento tão crucial como este, onde há riscos de se perder a identidade revolucionária, não há sequer presença gráfica dos Castro, nas ruas ou edifícios, não há testemunhos, nem velhos nem novas mensagens revolucionários que conduzam o processo rumo a um modelo de sociedade concreto.

O ritmo das reformas é criticável, mas não significa que não existam. No entanto, tão preocu-

“Sem dúvida, é preciso se referir ao processo de mudanças que estão ocorrendo internamente em Cuba para entender a aproximação do regime dos Estados Unidos”

pante como a velocidade das reformas pode ser o modo em que estejam acontecendo, mas sem dúvida estão acontecendo. De qualquer forma, são imprescindíveis para explicar a aproximação dos Estados Unidos. O afã em criticar a lentidão e sua suposta superficialidade impediu que muitos analistas as considerem como um fator fundamental para explicar a mudança da política externa cubana, impensável até pouco tempo. No entanto, os passos dados e os projetados geram novas necessidades de caráter econômico-financeiro que fazem cada vez mais insuportável o embargo. De modo que pode se afirmar que o processo interno de reformas que a ilha experimenta, ainda com todas suas peculiaridades, favoreceu uma nova predisposição do regime cubano em relação aos Estados Unidos, que de outra maneira não teria ocorrido.

A importância do processo interno cubano parece ter, portanto, mais peso do que a conjuntura dos preços do petróleo. Se supôs que a grave crise da economia venezuelana, agravada com a atual redução de preços do petróleo, possa explicar por si própria a aproximação de Cuba dos Estados Unidos para assegurar novas fontes de receita. Sem dúvida, a conjuntura e a evolução do regime chavista são transcendentais para Cuba, já que a chegada de petróleo venezuelano à ilha tornou possível a sobrevivência do regime. No entanto, não

se deve esquecer que o processo de Mudança Cubana é prévio à redução dos preços do petróleo, e a predisposição de Raúl Castro a estabelecer relações com os Estados Unidos, também, como ele mesmo declarou⁶. Supostamente, os planos de Cuba seriam substituir a Venezuela pelos Estados Unidos como país benfeitor, para garantir a continuidade da ditadura. No entanto, custa trabalho pensar que de forma mecânica e em um breve espaço de tempo os Estados Unidos se transformarão no "novo melhor amigo"⁷ de Cuba.

Sem dúvida, é preciso se referir ao processo de mudanças que estão ocorrendo internamente em Cuba para entender a aproximação do regime dos Estados Unidos. Estas podem ser poucas e introduzidas lentamente, mas suficientes para que os líderes cubanos sejam conscientes da necessidade de acabar com o embargo para avançar nas mesmas.

7. AS EXPECTATIVAS DE MUDANÇAS EM TORNO DA ILHA DEPOIS DA NORMALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS

Uma pergunta presente, desde 17 de dezembro, quando se tornou pública a normalização das relações diplomáticas é, não sem certa precipitação, em que medida este é um passo definitivo para o final do regime ditatorial cubano.

⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=SkoYsN6NnvY>

⁷ Esta é a célebre frase utilizada pelo falecido Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, quando depois de manter fortes tensões com o Presidente colombiano Álvaro Uribe, foi possível recompô-las a partir da chegada à presidência da Colômbia de J.M. Santos.

“O regime seguirá fiel a seus princípios e também a seus aliados, muito particularmente a República Bolivariana da Venezuela, como afirmou o próprio Raúl Castro”

Considerando que boa parte da legitimidade histórica do regime foi o anti-imperialismo, pode se supor que, com esta nova situação, se deixa os Castro sem argumentos possíveis, nem legitimidade política. No entanto, esta alegação talvez se baseie mais no que seria desejável do que no que na realidade pode ocorrer. Além dos desejos próprios, para uma análise rigorosa convém atender, neste caso, ao que querem os cubanos e em como vão interpretar esta nova situação.

Se for levado em conta como se viveu na ilha o anúncio da normalização das relações com os Estados Unidos, longe de ser interpretado como uma claudicação e uma mostra de fraqueza do regime, o certo é que foi comemorado como a maior vitória, em décadas, contra o "Império". Além disso, na realidade o centro das celebrações foi o retorno dos espíões (ou "heróis", como assim foram chamados em Cuba). Esta é outra vitória do regime, muito particularmente de Fidel Castro, que em 2001 previu que voltariam⁸ e, de forma quase profética, assim se cumpriu como lembrou Raúl Castro em seu discurso de encerramento da Assembleia Nacional⁹.

Do ponto de vista do regime, no entanto, há mais que motivos justificados para recorrer ao anti-imperialismo e legitimar a continuidade do regime. O pri-

meiro argumento é o embargo, ainda vigente, já que sua suspensão depende exclusivamente do Congresso, e não do Presidente Obama. De qualquer forma, também não é preciso o embargo para manter vivo o anti-imperialismo, como o demonstram os governos da Venezuela, da Bolívia e, embora em menor medida, também de Equador e Nicarágua. Estes governos, agrupados na Alba, baseiam boa parte de sua legitimidade no anti-imperialismo e não estão submetidos a um embargo por parte dos Estados Unidos. Em qualquer caso, atendendo às mensagens de Raúl Castro, não se avista nenhuma mudança ideológica. O regime seguirá fiel a seus princípios e também a seus aliados, muito particularmente a República Bolivariana da Venezuela, como afirmou o próprio Raúl Castro¹⁰.

A suposição de que as mudanças econômicas rumo ao livre mercado trarão consigo, quase de forma mecânica, a democracia, foi o principal argumento que respaldou a postura contra o embargo. No entanto, o fato de que tenha sido invalidado, nos últimos anos, através do exemplo chinês, não significa que seja melhor a manutenção do embargo. Sua abolição, afinal de contas, trará maior bem-estar ao povo cubano e lhe proporcionará, a médio e longo prazo, mais informação, e com

8 Nas redes sociais cubanas, o uso da hashtag #Volveron lembra aos cubanos que a promessa feita por Fidel Castro em um de seus discursos finalmente se cumpriu: "só lhes digo uma coisa, voltarão", disse no verão de 2001.

9 <https://www.youtube.com/watch?v=SkoYsN6NnvY>

10 <https://www.youtube.com/watch?v=SkoYsN6NnvY>

“Frente à política americana, o Brasil, aspirante eterno a ser líder regional, iniciou uma nova política de ‘compromisso construtivo’ para com Cuba, em 2003”

isso, mais opções para decidir seu futuro político.

De qualquer forma, embora o passo dado seja de grande importância, antes de planejar o futuro, convém consolidar o que se conseguiu, e, como afirmou o escritor cubano Rafael Rojas, embora o episódio “feche um epílogo da Guerra Fria”, a “normalização de relações” será “muito trabalhosa e não carente de retrocessos, já que deverá enfrentar resistências provenientes de Havana e de Washington”.

8. AAPOSTA DA AMÉRICA LATINA EM ROMPER O ISOLAMENTO DE CUBA. UMA BEM-SUCEDIDA E INÉDITA AÇÃO EM CONJUNTO

Os temores de isolamento reconhecidos pelo próprio secretário de Estado, J. Kerry, na região hemisférica, são a declaração mais explícita do sucesso de uma ação conjunta por parte de todos os governos latino-americanos que, desde dezembro de 2008, persistiram em reivindicar de maneira explícita e implícita acabar com o isolamento de Cuba. Esta é uma conquista de extraordinária importância, levando em conta que a regra foi mais a divisão do que a atuação coordenada.

Muito possivelmente o trabalho de liderança realizado pelo Brasil tenha muito a ver com o êxito desta ação. Desde 2008, o Brasil propôs à região integrar Cuba não só aos novos organismos propriamente latino-americanos, onde os Estados Unidos não têm presença, mas na Organização dos Estados Ame-

ricanos (OEA), integrada pelos países da região e os Estados Unidos e o Canadá. Cuba foi suspenso da membresia desta organização, em 1962, por ser comunista.

Frente à política americana, o Brasil, aspirante eterno a ser líder regional, iniciou uma nova política de “compromisso construtivo” para com Cuba, em 2003. Mediante tal compromisso, assumia a cooperação como o instrumento mais eficaz para favorecer mudanças em Cuba. Esta foi a abordagem por meio da qual conseguiu envolver todos os governos da região, fossem de direita ou de esquerda, para que todos apoiassem o fim do isolamento exercido não só pelos Estados Unidos, mas o que também foi exercido pela própria região latino-americana durante muitos anos. Uma data fundamental para que este compromisso passasse a ser uma ação regional organizada foi dezembro de 2008. Nesta data, a diplomacia brasileira, em um autêntico alarde de organização e capacidade de convocação, reuniu toda a região para a realização, no prazo de 48 horas, no balneário de Costa do Sauípe, de uma cúpula do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), outra da União de Nações Sul-americanas (Unasul), a última do Grupo do Rio, e a I Cúpula da América Latina e do Caribe (CALC). Todos os organismos citados eram sul-americanos ou latino-americanos. A CALC foi um novo fórum no qual pela primeira vez se reuniam todos os países da região, incluindo Cuba, sem os Estados Unidos, Canadá, Espanha ou a União Europeia.

“Estes encontros estiveram precedidos por diferentes reuniões entre Lula e Fidel e Raúl Castro”

Nesta convocação houve mensagens explícitas como a afirmação da autonomia regional e a vontade de transformar a região em um ator internacional, com vontade própria. Em coerência com essa afirmação, a primeira decisão adotada foi a inclusão de Cuba e a exigência aos Estados Unidos do final do isolamento. Às declarações explícitas se somaram as mensagens implícitas. Isto explica que além de uma visão prática, o motivo para concentrar estes fóruns latino-americanos e sul-americanos em um mesmo lugar e organizar a realização de suas respectivas cúpulas em tão breve período de tempo respondesse à intenção de ressaltar a existência de uma agenda regional própria. Com isso se pretendia marcar a diferença com o passado, quando "estes países se reuniam só quando os Estados Unidos permitiam", enquanto "agora, por livre e espontânea vontade, falaram e disseram que é preciso criar organismos multilaterais próprios, para não ir a Haia para solucionar seus problemas"¹¹.

Tendo em conta a proximidade de datas entre a realização destas cúpulas e a posse de Barack Obama, poderia se interpretar também como uma mensagem direta ao recentemente eleito Presidente sobre os novos termos que definiriam as relações entre

Estados Unidos e a região. Outra mensagem, neste caso direta e explícita à nova administração americana, foi a participação de Cuba na CALC. Um elemento que reincidia na nova maneira de tramitar a autonomia regional. O objetivo não era só que o país participasse do novo projeto regional que surgiria a partir desta Cúpula, mas também incorporar a ilha às instituições latino-americanas e inclusive hemisféricas. Em coerência com esta vontade, também se formalizou a incorporação de Cuba ao Grupo do Rio, convocado naqueles dias para o mesmo lugar, como já se disse. Esta reincorporação de Cuba à região se reafirmou com as visitas oficiais de vários presidentes latino-americanos ao longo de 2009¹². Todos estes encontros estiveram precedidos por diferentes reuniões entre Lula e Fidel e Raúl Castro.

Esta ação organizada, por si própria um grande passo, conseguiu se sustentar com o tempo, como o demonstra a formalização da Comunidade de Estados Latino-americanos (CELAC), surgida a partir da CALC, em 2010, na qual Cuba, além de membro, em 2014 foi a sede da II Cúpula desta Comunidade, adquirindo assim um grande protagonismo.

Como não podia deixar de ser, além disso, Cuba é membro, em

¹¹ <http://www.elespectador.com/noticias/elmundo/articulo100183-castro-y-lula-dicen-latina-mayor-de-edad-y-tiene-voz-propia>

¹² No próprio mês de janeiro, visitaram Havana o presidente do Panamá, Martín Torrijos, o presidente equatoriano Rafael Correa e a presidente da Argentina, Cristina Kirchner. Em fevereiro, foi a vez da Presidente do Chile, Michelle Bachelet, seguida pelo guatemalteco Álvaro Colom e, em seguida, o mexicano Felipe Calderón.

“Não se pode entender a normalização das relações diplomáticas entre Cuba e Estados Unidos sem a pressão exercida pela América Latina de maneira organizada”

lugar preferencial, da Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América (Alba), criada em 2004 e liderada por H. Chávez, para quem Fidel Castro foi seu maior inspirador na realização de seu próprio projeto político. Certamente sem a pressão persistente de Hugo Chávez para reintegrar Cuba à região, talvez o Brasil não tivesse assumido essa missão como bandeira de sua liderança. Afirmção que não deixa de ser uma suposição, mas não teria sido a única proposta de H. Chávez que Lula teria incorporado a seus projetos regionais, após ter sido moderado.

Este mesmo protagonismo Cuba adquiriu na OEA, sem ser país-membro. Como resultado desta ação conjunta e de sua efetiva pressão, em 2009, a OEA suspendeu —com o sinal verde dos EUA— a histórica posição de manter Cuba afastada de seus quadros. Havana, no entanto, deixou claro imediatamente seu desinteresse em se reintegrar a uma organização que considera superada por outras instituições regionais como a CELAC ou a Alba. Transcorrido o tempo e prova das mudanças ocorridas no regime cubano, desde então, após anunciar a normalização das relações com os Estados Unidos, Raúl Castro aceitou o convite feito pelo Presidente do Panamá, Juan Carlos Varela, para comparecer à VII Cúpula da Américas, convocada pela OEA, em abril de 2015. Sua presença não significa sua admissão à organização, o que só é possível com a aceitação da Carta Democrática Interamericana e sua cláusula democrática. Um passo que também não é possível, por enquanto, que vá acontecer em breve ou pelo

menos enquanto o regime castrista continuar no poder.

O último passo transcendental mediante o qual Cuba passou a ser o centro da região foi a escolha, pelo governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), de Havana como a sede para a realização das negociações de paz. Neste caso, a mensagem é particularmente importante, já que a Colômbia é considerada um particular aliado dos Estados Unidos para o resto de seus vizinhos. Esta condição tornava impensável, não há muito tempo, a possibilidade de o governo colombiano aceitar esta sede. No entanto, tentava transmitir a ideia de que mesmo um aliado dos Estados Unidos, e sem renunciar a essa condição, também não compartilhava de sua política de isolamento para com a ilha.

Como os fatos confirmam, não se pode entender a normalização das relações diplomáticas entre Cuba e Estados Unidos sem a pressão exercida pela América Latina de maneira organizada. Sem dúvida, não é o único fator, mas é imprescindível, já que mediante sua atuação, os Estados Unidos chegaram a contemplar o risco de se verem isolados na região e, de certo modo, no resto do mundo.

9. CONCLUSÕES

A explicação multicausal aplicada visava evidenciar a impossibilidade de explicar um processo como o analisado mediante um único fator.

“No entanto, além das convicções do Presidente americano, era preciso contar com suficiente apoio, pelo menos social, e neste caso foi possível”

Para conseguir este primeiro passo, o restabelecimento de relações diplomáticas, foi preciso a existência de uma vontade firme de ambas as partes. Esta vontade, por sua vez, se explica também pela confluência de vários fatores, tanto nos Estados Unidos como em Cuba. No caso americano, a convicção do Presidente Obama de acabar com o isolamento de Cuba procede em boa parte da forma como concebe a liderança internacional que os Estados Unidos devem exercer. Na medida em que esta liderança tem que estar baseada nas ações multilaterais e pacíficas, o embargo não deixa de ser uma contradição, já que era produto de uma decisão unilateral, baseada na força.

No entanto, além das convicções do Presidente americano, era preciso contar com suficiente apoio, pelo menos social, e neste caso foi possível. A renovação geracional da comunidade cubano-americana favoreceu uma mudança na visão sobre o regime ditatorial, até tal ponto que esta comunidade aprova majoritariamente o final do embargo. Até este momento, uma atitude aberturista em relação a Cuba teria significado o voto contrário da comunidade cubana.

Quanto a Cuba, apesar de se insistir em subvalorizar todas as mudanças introduzidas desde a ascensão ao poder de Raúl Castro na ilha, o certo é que foram suficientes para propiciar esta aproximação dos Estados Unidos. Cuba precisa de financiamento e intercâmbios comerciais, e este orçamento tem peso suficiente para favorecer uma mudança de atitude,

impensável há não muito tempo. Isto significa que, apesar da aceitação de mudanças econômicas, o regime assuma o fim da ditadura e aceite a transição à democracia.

Contudo, apesar de o caso chinês desmentir a associação quase natural que até há pouco tempo se fazia entre liberalização do mercado e democracia, o final do embargo não deixa de ter benefícios para a população cubana. Tanto em termos de bem-estar como de informação que, em última instância, pode favorecer que os cubanos acabem por se convencer das virtudes da democracia.

O outro fator de peso apontado foi a ação organizada da região latino-americana, sob a liderança brasileira. Este apoio era previsível por parte da Alba, mas não de toda a região. À margem dos motivos que lhes tenham impulsionado, nenhum governo latino-americano, desde 2008, questionou o apoio ao final do isolamento de Cuba. Esta ação uníssona é inédita na região. Não há nenhum outro precedente em relação à configuração de uma posição única e sustentada no tempo por toda a América Latina e, sem dúvida, foi este posicionamento sustentado o que convenceu os Estados Unidos do risco de acabar isolado em sua própria região, enquanto tentava isolar Cuba. Assim o chegou a admitir o próprio Secretário de Estado J. Kerry. Um fato, além disso, observado pelo resto da comunidade internacional que, por sua vez, também tinha manifestado sua oposição ao embargo de forma majoritária. Aumentando assim os riscos de isolamento americano.

“O Canadá proporcionou o espaço idôneo para as negociações secretas, e o papa Francisco deu o último impulso a um processo, iniciado meses antes”

Cabe esperar que a região latino-americana tome ciência de sua ação conjunta e se convença de que pode ser um ator internacional e da capacidade de influência que esta atitude pode lhe proporcionar.

À atuação destes atores que manifestaram sua predisposição há muito tempo se incorporaram o governo do Canadá e o Pontificado. São atores circunstanciais, mas que têm grande relevância. O Canadá proporcionou o espaço idôneo para as negociações secretas, e o papa Francisco deu o último impulso a um processo, iniciado meses antes, mas parece que decisivo, segundo reconheceram tanto o governo americano como o cubano.

Só resta pensar no futuro, e este está cheio de incertezas e complicações. Tanto a curto como a longo prazo. Em relação ao curto, a consolidação desta nova etapa de relações entre Estados Unidos e Cuba tem muitos inimigos, em ambos países, e ambos os governos são conscientes. A médio e longo, depende de muitos fatores, inclusive da longevidade dos Castro, mas seu desaparecimento também não vai resolver todos os problemas. Fundamentalmente vai depender da vontade dos cubanos e se, enquanto isso, o fim do embargo for possível, facilite as coisas e contribua para a transição na ilha, embora não a garanta.

A LLORENTE & CUENCA é a primeira consultoria de Comunicação da Espanha, Portugal e América Latina. Conta com 17 sócios e 350 profissionais que prestam serviços de consultoria estratégica a empresas de todos os setores de atividades, com operações voltadas para o mundo que fala espanhol e português.

Atualmente, possui escritórios próprios na Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Espanha, México, Panamá, Peru, Portugal e República Dominicana. Além disso, através de empresas afiliadas, oferece seus serviços nos Estados Unidos, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

Seu desenvolvimento internacional levou a LLORENTE & CUENCA a ocupar, em 2014, a posição 55.ª do Ranking Global das empresas de comunicação mais importantes do mundo, produzido anualmente pela publicação The Holmes Report.

DIREÇÃO CORPORATIVA

José Antonio Llorente
Sócio Fundador e Presidente
jallornte@llorenteycuenca.com

Enrique González
Sócio e CFO
egonzalez@llorenteycuenca.com

Jorge Cachinero
Diretor Corporativo de Inovação
jcachinero@llorenteycuenca.com

ESPAÑA E PORTUGAL

Arturo Pinedo
Sócio e Diretor Geral
apinedo@llorenteycuenca.com

Adolfo Corujo
Sócio e Diretor Geral
acorujo@llorenteycuenca.com

Madrid

Joan Navarro
Sócio e Vice-presidente de Assuntos Públicos
jnavarro@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla
Sócio e Diretor Sênior
amoratalla@llorenteycuenca.com

Juan Castellero
Diretor Financeiro
jcastillero@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 – planta 3
28001 Madrid (Espanha)
Tel: +34 91 563 77 22

Barcelona

María Cura
Sócia e Diretora-Geral
mcura@llorenteycuenca.com

Muntaner, 240-242, 1º-1ª
08021 Barcelona (Espanha)
Tel: +34 93 217 22 17

Lisboa

Carlos Matos
Sócio e Diretor Geral
carlos.matos@imago.pt

Madalena Martins
Sócia
madalena.martins@imago.pt

Rua do Fetal, 18
2714-504 S. Pedro de Sintra (Portugal)
Tel: + 351 21 923 97 00

AMÉRICA LATINA

Alejandro Romero
Sócio e CEO da América Latina
aromero@llorenteycuenca.com

José Luis Di Girolamo
Sócio e CFO da América Latina
jldgirolamo@llorenteycuenca.com

Antonio Lois
Diretor Regional de Recursos Humanos
alois@llorenteycuenca.com

Bogotá

María Esteve
Diretora Geral
mesteve@llorenteycuenca.com

Germán Jaramillo
Presidente Conselheiro
gjaramillo@llorenteycuenca.com

Carrera 14, # 94-44. Torre B – of. 501
Bogotá (Colômbia)
Tel: +57 1 7438000

Buenos Aires

Pablo Abiad
Sócio e Diretor Geral
pabiad@llorenteycuenca.com

Enrique Morad
Presidente Conselheiro para o Cone Sul
emorad@llorenteycuenca.com

Av. Corrientes 222, piso 8. C1043AAP
Ciudad de Buenos Aires (Argentina)
Tel: +54 11 5556 0700

Lima

Luisa García
Sócia e CEO da região Andina
lgarcia@llorenteycuenca.com

Cayetana Aljovín
Gerente Geral
caljovin@llorenteycuenca.com

Av. Andrés Reyes 420, piso 7
San Isidro - Lima (Peru)
Tel: +51 1 2229491

México

Juan Rivera
Sócio e Diretor Geral
jrivera@llorenteycuenca.com

Bosque de Radiatas # 22 – PH7
05120 Bosques de las Lomas (México)
Tel: +52 55 52571084

Panamá

Javier Rosado
Sócio e Diretor Geral
jrosado@llorenteycuenca.com

Avda. Samuel Lewis. Edificio Omega, piso 6
Tel: +507 206 5200

Quito

Catherine Buelvas
Diretora Geral
cbuelvas@llorenteycuenca.com

Av. 12 de Octubre 1830 y Cordero.
Edificio World Trade Center, Torre B, piso 11
Distrito Metropolitano de Quito (Equador)
Tel: +593 2 2565820

Rio de Janeiro

Yeray Carretero
Diretor
ycarretero@llorenteycuenca.com

Rua da Assembleia, 10 – sala 1801
Rio de Janeiro – RJ (Brasil)
Tel: +55 21 3797 6400

São Paulo

Juan Carlos Gozzer
Diretor Geral
jcgozzer@llorenteycuenca.com

Rua Oscar Freire, 379, CJ 111,
Cerqueira César
CEP 01426-001 São Paulo SP (Brasil)
Tel. +55 11 3060 3390

Santiago de Chile

Claudio Ramírez
Sócio e Gerente Geral
cramirez@llorenteycuenca.com

Avda. Vitacura 2939 Piso 10. Las Condes
Santiago de Chile (Chile)
Tel.: +56 2 24315441

Santo Domingo

Alejandra Pellerano
Diretora Geral
apellerano@llorenteycuenca.com

Avda. Abraham Lincoln
Torre Ejecutiva Sonora, planta 7
Tel: +1 8096161975



A d+i é o Centro de Ideias, Análise e Tendências da LLORENTE & CUENCA.

Porque estamos testemunhando um novo modelo macroeconômico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

A d+i é uma combinação global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, se concentra e transmite os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

A d+i é um fluxo constante de ideias que adianta os avanços da nova era da informação e da gestão empresarial.

Porque a realidade não é preta ou branca existe d+i LLORENTE & CUENCA.

www.dmasillorenteycuenca.com

d+i LLORENTE & CUENCA